

A “GUERRA” DE 22: E ASSIM SE PASSARAM CEM ANOS (1922-2022)

MARLY MOTTA*

Resumo: O centenário da independência em 1922 foi comemorado em meio a uma conjuntura marcada por “guerras” nos mais variados setores da sociedade brasileira. A proposta deste texto é analisar essas disputas que tiveram como pano de fundo a busca por uma nova nação sintonizada com as transformações do século XX. O que eu chamo de *guerra cultural* entre Rio de Janeiro e São Paulo teve como objetivo a conquista do papel de “farol” a guiar o que deveria ser este *Brasil moderno*. Essa disputa entre as duas maiores cidades do país rebateu no âmbito econômico, e colocou em xeque a tradicional supremacia industrial do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) diante do crescimento acelerado da industrialização de São Paulo, considerada a “locomotiva do progresso”. No cenário político, as eleições presidenciais de março de 1922 fugiram ao padrão tradicional de “rivalidade limitada”, e incorporaram, ao jogo eleitoral, novos atores – as “massas urbanas” das grandes cidades e os militares, os ditos “tenentes” – que passaram a ameaçar esse padrão instalado desde Campos Sales. O centenário da independência acabou sendo celebrado em um cenário repressivo, onde as liberdades públicas, inclusive a liberdade da imprensa, foram restringidas por meio do estado de sítio imposto pelo então presidente Epitácio Pessoa.

Palavras-chave: Modernidade. Geração de 22. Tenentismo. Guerra cultural.

THE "WAR" OF 22: And so one hundred years went by (1922-2022)

Abstract: In a scenery marked by "wars" in different Brazilian society sectors, in 1922, the centennial of Independence was celebrated. The paper aims to analyze the disputes that had as a backdrop the search for a new nation in tune with the changes of the 20th century. The objective of what I call the "cultural war" between Rio de Janeiro and São Paulo was the conquest of the role of the "lighthouse" to guide what should be "Modern Brazil." This dispute between the country's largest cities was rebutted in economic spheres and questioned the traditional industry supremacy of the then Federal District (Rio de Janeiro) given the accelerated growth of São Paulo's industrialization considered the "progress locomotive." In the political scenario, the presidential elections in March 1922 did not follow the traditional "limited rivalry" pattern and brought to the election new social actors. These actors, the "urban mass" of the large cities and the militaries, the named "lieutenants", started to threaten the pattern installed since Campos Sales. In the end, the repressive scenario marked the centennial of Independence. The public liberties, including the press, freedom, were limited through the "state of siege" imposed by the then president Epitácio Pessoa.

Keywords: Modernity. Generation of 1922. Tenentismo. Cultural War.

* Doutorado em História (UFF). Professora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ). Email: marly.motta2017@gmail.com

Intitulada *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*, minha dissertação de mestrado foi publicada no distante ano de 1992, quando se comemorou os 170 anos da independência.¹ Saídos de uma ditadura havia poucos anos, tendo eleito por voto direto um presidente da República (1989) prestes a ser afastado por um processo de *impeachment*, lutávamos pela consolidação do regime democrático tão duramente conquistado depois de duas décadas da ditadura civil-militar instalada em 1964. Pensei, então: qual seria a pauta do Brasil em 2022, ou seja, que questões estariam na mesa por ocasião da celebração do bicentenário? Agora, a um ano da comemoração, uma questão se impõe com força: o que a inquieta “geração de 1922” tem a nos dizer, cem anos depois, sobre um país sempre às voltas com a produção acelerada de significações do que fora no passado, do que é no presente, e do que deveria ser no futuro?

O título do texto – *A “guerra” de 22* –, de modo proposital, sugere uma possível aproximação entre os dois centenários, 1922 e 2022. O cenário “comemorativo” que se arma para o próximo ano aponta para um conjunto de profundas tensões e polarizações políticas, sociais e culturais, a serem postas à prova nas eleições presidenciais marcadas para outubro. Para muitos, em 2022 haverá uma “guerra”, para o quê os principais lados envolvidos estariam se preparando com as “armas” disponíveis. O conflito está à espreita em um país que se caracteriza pela conciliação e pelo apagar de arestas nas diferenças que envolvem o “andar de cima”, no dizer de Elio Gaspari.

O centenário da independência em 1922 foi comemorado em meio a uma conjuntura marcada por “guerras” nos mais variados setores da sociedade brasileira. Houve disputas em torno de um “modelo” a ser seguido por um país que pretendia se inserir no rol das nações “modernas”, sintonizadas com o século XX em aceleração depois da Grande Guerra (1914-18). Em termos econômicos, a disputa pela hegemonia industrial colocou em xeque a tradicional supremacia do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) diante do crescimento acelerado da industrialização de São Paulo. No cenário político, as eleições de março de 1922 fugiram ao padrão tradicional de “rivalidade limitada”, e incorporaram, ao jogo eleitoral, novos e velhos atores que passaram a ameaçar esse padrão instalado desde Campos Sales (LESSA, 1988). Estamos falando das “massas urbanas” das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, e dos jovens oficiais – os ditos “tenentes” –, que se opunham aos governos “carcomidos” da chamada “República Velha”, acusados por eles de fraudes e desmandos na condução do processo político-eleitoral do país.

1 RIO X SÃO PAULO – NOTÍCIAS DE UMA “GUERRA CULTURAL”

São Paulo estava mais ‘ao par’ que o Rio de Janeiro [...], pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual, mais técnico, com a atualidade do mundo. É mesmo de assombrar como o **Rio** mantém [...] um **caráter parado, tradicional**. (MARIO DE ANDRADE, 1942, grifos nossos).

[...] o Rio de Janeiro é muito fino para dar importância a uns **sabichões de aldeia** que, por terem lido alguns autores, julgam que ele não os lê também [...] (LIMA BARRETO, 1923, grifos nossos).

As palavras em jogo para definir os contendores deixam entrever que a disputa sobre qual cidade estaria mais “ao par” da modernidade envolvia a troca de etiquetas identitárias. Para o carioca Lima Barreto, diante da *finesse* da capital federal, São Paulo era uma “aldeia” sem importância, e seus intelectuais uns “sabichões” pretensiosos. Já o paulistano Mario de Andrade, frente ao “dinamismo” de São Paulo, considerava “assombroso” o caráter “parado, tradicional” do Rio de Janeiro. Cada cidade, por meio de seus intérpretes, buscava, assim, se colocar como “modelo” a ser seguido – ou negado – pela nação que, em 1922, comemorava seus cem anos de independência.

O grande desafio era, sem dúvida, romper com o passado recente, encarnado, por um lado, em uma *Belle Époque* falida após a Primeira Guerra e, por outro, em uma República que se revelara bem distante dos sonhos dos primeiros republicanos. A palavra de ordem era buscar novos parâmetros para definir uma nação moderna, já que o modelo importado da Europa parecia esgotado. Apesar das juras de renegar a “fecundação artificial”, a “geração de 22” não se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das ideias que então

circulavam na Europa, e que revelariam o desmoronar de valores – o liberalismo, o racionalismo, o otimismo cientificista – que até então haviam sustentado a Europa dominante. Desse modo, o anti-intelectualismo, o antiliberalismo e o nacionalismo foram componentes que alimentaram o chamado *pensamento tradicionalista*, mas que foram igualmente levantados pelas *correntes de vanguarda* para demolir o que chamavam de “passadismo”. Abastecidos nas mesmas fontes, *tradição* e *vanguarda* reivindicaram para si o monopólio de portadores da modernidade pós-guerra. (MOTTA, 1992, cap. 1).

As divergências entre essas duas correntes intelectuais repercutiram junto à intelectualidade dos dois principais centros do país: o Rio de Janeiro – a capital federal e maior cidade do país com mais de um milhão de habitantes – e São Paulo, a “província” que ameaçava tomar a frente da “metrópole”, com menos de 600 mil habitantes. À moda dos vanguardistas europeus, os intelectuais que se autointitulavam “de vanguarda” – Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Villa Lobos, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, entre outros – propunham a ruptura com os valores ditos clássicos, e buscavam sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial. A outra corrente, filiada a movimentos intelectuais de caráter conservador – *Action Française*, por exemplo –, distinguia-se pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal. Podemos citar Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Oliveira Vianna e Monteiro Lobato, entre outros. (MOTTA, 1992, cap. 3)

Ambas as correntes, no entanto, convergiam na desqualificação do Rio de Janeiro como “cabeça da nação”, e na sua substituição por São Paulo, *locus* de produção de uma “nova” identidade nacional. Litoralista, desligado dos valores autenticamente nacionais, passadista, dependente do Estado, o Rio de Janeiro/Distrito Federal estaria associado a uma República taxada como falida e corrupta. Já a capital paulista seria o resultado de uma perfeita simbiose das qualidades da vida rural com as do progresso urbano, solução para conjugar a vitória do industrialismo com os valores mais “profundos e autênticos” da nação.

No entanto, o sucesso desta anunciada troca de modelo dependeria da elaboração de uma argumentação sólida e abrangente, de caráter político, econômico, social e, sobretudo, cultural, capaz de garantir a São Paulo o lugar privilegiado de formador do “espírito nacional”, posto até então ocupado pelo Rio de Janeiro. Seria, pois, no terreno fluido da memória do passado onde se travariam os mais duros combates em favor da “metrópole bandeirante”, justamente quando, por força da celebração do centenário da nação, buscava-se uma nova matriz capaz de conciliar os valores da modernidade dos “arranha-céus, fordes, viadutos”, com os da brasilidade do “cheiro do café”. Em artigo publicado no *Correio Paulistano* de 8 de setembro de 1922, Julio Prestes, futuro presidente do estado de São Paulo, apresentava as razões pelas quais a capital paulistana – e não o Rio de Janeiro – teria sido o centro das comemorações do centenário da independência:

“[...] por ela [São Paulo] se fez a primeira conquista [...]; por ela penetrou na América a civilização latina [...]; por ela, os patriarcas da nossa emancipação política conduziram dom Pedro I ao grito de ‘Independência ou morte’; por ela, a escravidão voltou à liberdade; por ela, galvanizou o Brasil com os clarões de sua fé republicana [...]” (JULIO PRESTES apud MOTTA, 1992, p. 106).

É fácil perceber que a construção dessa memória assentou-se na confluência de elementos da geografia e da história, combinados de uma maneira especial para firmar a crença de que São Paulo era o “berço da nação”. Seguindo o roteiro traçado por Julio Prestes, a cidade bandeirante foi apresentada como centro irradiador da “primeira conquista” do território da colônia (vila de São Vicente), e eixo de penetração da “civilização latina” no interior (as bandeiras). Afastados do litoral pela barreira da Serra do Mar, atraídos pelos rios que corriam para o “sertão”, os bandeirantes de Piratininga, longe dos olhos da Coroa, puderam desenvolver, graças a essas peculiares circunstâncias geográficas, um *ethos* próprio baseado em valores como “amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação e ao pragmatismo”. Importante seria atualizar a imagem do bandeirante – “pioneiro, desbravador e empreendedor” –, restaurando uma linha de continuidade entre passado, presente e futuro. Herdeira desses valores, a elite paulista

estaria, mais do que qualquer outra, apta a guiar o país em busca de novos rumos que o conduzissem ao mundo moderno.

Era sabido, no entanto, que o principal centro dos eventos comemorativos seria o Rio de Janeiro – tradicional vitrine da nação – onde se realizaria a Exposição Universal do Centenário da Independência. (MOTTA, 1992, cap. 3). São Paulo, no entanto, não ficaria para trás, e, como revelou Mário de Andrade, a cidade “se agitava com a aproximação do Centenário” (ANDRADE apud AMARAL, 1979, p. 65). Sugestivamente intitulado “A bandeira futurista”, o artigo de Del Picchia narrando a viagem de Mario e Oswald de Andrade ao Rio de Janeiro é um primor para ilustrar que “a província se adiantara à metrópole”: “Os **‘bandeirantes’** de hoje [...] seguem rumo da capital federal [...] para arrostar o perigo do **parnasianismo** ainda vitorioso na terra do defunto Estácio de Sá”. (DEL PICCHIA apud MOTTA, 1992, p. 92, grifos nossos).

Não por acaso, a construção de um monumento dedicado aos bandeirantes foi sugerida pelo então presidente do estado de São Paulo, Washington Luiz, para o quê constituiu uma comissão composta por Monteiro Lobato, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade. Garantia de perenidade, promessa de eternidade, o monumento histórico trabalha pela continuidade de uma representação da história, bem como define uma ordem simbólica do passado (LE GOFF, 1990). Não foi diferente com o Monumento das Bandeiras. O escultor Victor Brecheret, bastante admirado pela vanguarda paulista, foi encarregado de apresentar um projeto. No memorial que acompanhou a maquete, bem como nos elogios que a ela foram dedicados, é possível perceber que a força simbólica do Monumento residia em dois aspectos: forjava a imagem dos “bravos paulistas como a expressão máxima do heroísmo e da glória da raça brasileira”, e, acima de tudo, reiterava o caráter da “arte paulista” a qual, ao conjugar brasilidade e modernidade, se distanciava da “velharia e do arcaísmo que costumavam enfeitar os salões da capital federal”, aproveitou Del Picchia para espetar os cariocas. (DEL PICCHIA apud MOTTA, 1992, p. 105).

Os bandeirantes eram apenas um dos trunfos que São Paulo possuía para se situar favoravelmente na disputa pela memória da nação centenária. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do Monumento do Ipiranga, destinado a fixar no bronze a lembrança do lugar onde o príncipe dom Pedro teria proferido o grito libertador, e outorgado ao país a sua maioria política. Inaugurado em 7 de setembro, ainda que inacabado, o Monumento teria cumprido a sua missão, qual seja a de recuperar a “verdade histórica”, colocando São Paulo no palco principal dos eventos comemorativos de 1922. Afinal, para os paulistas a data tinha o duplo caráter de uma celebração local e nacional.

Por meio dos fios da continuidade, São Paulo tecia a sua tradição. (HOBBSAWM; RANGER, 1984). Inventou as bandeiras desbravadoras do território nacional, e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, elevando-os à condição de eventos e personagens fundadores da história nacional. Transformou o riacho do Ipiranga em solo sagrado da pátria livre, e José Bonifácio (nascido em Santos) no “Patriarca da Independência”. Se o fato de ser paulista contribuiu para seu ingresso no panteão dos “pais da pátria”, é certo que a defesa que fez da ordem e da centralização como elementos básicos da jovem nação, na direção oposta ao “idealismo liberal” que acabara vingando na Constituição republicana de 1891, agradava àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país.²

Mas os “moços de São Paulo” queriam mais, muito mais, para este centenário de 22, já que pretendiam transformar essa celebração em algo que fosse o marco inaugural da hegemonia cultural da “metrópole bandeirante” sobre a “cidade maravilhosa”. Apesar de representar uma dentre as diversas correntes intelectuais que buscavam a modernidade, a corrente vanguardista conseguiu uma grande vitória ao se apossar dos termos *Modernismo* para o seu movimento, e *modernistas* para os seus membros. O desafio à supremacia até então irrefutável do Rio de Janeiro – ironicamente chamada de *camelote*, em referência à corte do rei Artur – seria o elo que uniria variadas vertentes do modernismo paulista na montagem do evento conhecido como Semana de Arte Moderna, realizado no Teatro Municipal, entre 13 e 17 de fevereiro de 1922. Coube a Mario de Andrade definir a “contribuição” que São Paulo ofereceria a uma nação centenária que buscava se inserir na modernidade do pós-guerra:

A hegemonia artística da Corte não existe mais [...]. Quem primeiro manifestou o desejo de construir sobre novas bases a pintura? São Paulo com Anita

Malfatti. Quem apresenta ao mundo o maior e mais moderno escultor da América do Sul? São Paulo com Brecheret. Onde primeiro a poesia se tornou veículo da sensibilidade moderna livre da grisalhada da rima e das correias da métrica? Em São Paulo. (ANDRADE apud MOTTA, 1992, p. 108, grifo nosso).

Com a *Pauliceia desvairada*, de Mário de Andrade, completo eu. Pode-se argumentar que essa São Paulo “desvairada” só existia na imaginação dos “moços de São Paulo”. A intensidade com que a cidade e seus personagens são tratados parece adaptar-se melhor ao contexto de desenvolvimento do capitalismo maduro: há um tom de expressionismo alemão talvez inadequado à situação urbano-industrial de São Paulo na década de 1920. Senão vejamos:

Deus recortou a alma da Pauliceia numa cor de cinza sem odor...
Oh! Para além vivem as primaveras eternas
Mas os homens passam sonambulando. E rodando num bando nefário, vestidas de eletricidade e gasolina, as doenças jocotoam em redor...³

Não estou, no entanto, preocupada em verificar o conteúdo de veracidade das imagens simbólicas então construídas para as duas metrópoles brasileiras. Importante é perceber como as situações conflituosas estimulam a invenção de novas técnicas combativas no domínio do imaginário que visam, por um lado, a formar uma imagem que desvalorize o adversário e invalide a sua legitimidade, e por outro, a exaltar, por intermédio de “magníficas” imagens, a causa que defendem. Viviam-se um momento-chave de discussão de novos projetos nacionais, de redefinição de políticas econômicas, de contestação ao pacto político vigente, de busca de uma renovação do panorama cultural. Nesse contexto, São Paulo apresentava-se como a escolha “natural” para assumir a liderança de um processo de “regeneração” nacional.

2 UM GRANDE CENTRO INDUSTRIAL: CHICAGO E MANCHESTER JUNTOS

A avaliação de que São Paulo logo se tornaria um “grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas”, foi feita em 1912 no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (MORSE apud MOTTA, 1992, p. 86). O texto evidencia que os contemporâneos percebiam as rápidas transformações operadas na capital bandeirante, eixo principal do rápido crescimento da indústria paulista e responsável por cerca de 50% da produção do estado. As duas primeiras décadas do século XX marcaram o grande salto quantitativo dessa indústria, que conseguiu imprimir maior velocidade ao seu desenvolvimento do que a obtida pela sua vizinha e rival: o Censo de 1920 indica, de fato, a perda da supremacia industrial do Rio de Janeiro/DF, até então o nosso mais importante centro fabril. No entanto, é importante ressaltar que os termos de comparação foram entre a **cidade** do Rio de Janeiro (17%) e o **estado** de São Paulo (45,4%) (ver Tabela 1). Na comparação entre as duas cidades, os dados do Censo de 1920 indicam a supremacia da produção industrial carioca, com 677 mil contos, contra os 504 mil da indústria paulistana (ver Tabela 2).

Tabela 1 – PARTICIPAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL NA ECONOMIA DO PAÍS

	DF/Rio	SP (estado)
1907 –	30,2%	15,9%
1919 –	20,8%	31,5%
1939 –	17%	45,4%

Fonte: Cano, 1981, p. 253.

Tabela 2 – PRODUÇÃO ANUAL DAS INDÚSTRIAS

	DF/Rio	SP (estado)	SP (cidade)
1907	233.000	121.000	+/- 60.500
1920	677.000	1.008.000	+/- 504.000

Fonte: Leopoldi, 1986, p. 73.

Tabela 3 – ÍNDICE DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL

	DF/Rio	SP (estado)
1907-19	298%	854%
1919-39	1.185%	6.020%

Fonte: Cano, 1981, p. 253.

Pode-se, assim, perceber que o embate entre Rio de Janeiro e São Paulo invadiu outras esferas para além da “guerra cultural”, formando um conjunto de ações interligadas que pavimentou a tese da “inevitabilidade” da conquista da hegemonia econômica de São Paulo. Estaria escrito nas estrelas que a capital paulista assumiria o papel de centro dinâmico da região mais rica do país, quando este lugar já estava ocupado pelo Rio de Janeiro, a capital federal? Como explicar que um centro industrial poderoso e bem estabelecido (Rio de Janeiro) tivesse sido superado por outro próximo (São Paulo), atuando praticamente na mesma área consumidora e abastecedora?

Centrado na noção de *complexo cafeeiro*, Wilson Cano explica, a partir desse conceito, não só as origens e o desenvolvimento da indústria paulista, como também o que ele designa como “retrocesso” industrial da economia carioca. (CANO, 1981). Por essa interpretação, o ponto capaz de justificar, seja a expansão industrial (SP), seja a perda de dinamismo dessa atividade (DF), seria a relação café-indústria. O medíocre desempenho da cafeicultura fluminense, fora do modelo capitalista do *complexo cafeeiro*, teria freado a acumulação de capital e precipitado o “esvaziamento” econômico do Distrito Federal (PIGNATON, 1977).

A derrota anunciada da indústria carioca na “guerra” contra a paulista foi contestada por alguns trabalhos que relativizam as análises puramente econômicas e propõem um enfoque mais abrangente. Maria Antonieta Leopoldi, por exemplo, desmonta o mito construído de uma burguesia industrial carioca débil, acomodada, sem *ethos* empresarial e “sufocada” pela proximidade “perniciosa” do Estado, bem de acordo, aliás, com uma cidade caracterizada como pré-industrial, pré-burguesa e longe da disciplina do mercado. De suas pesquisas, desponta, sim, uma classe atuante, de peso econômico expressivo, e relativamente organizada em torno de uma associação de classe estável e permanente, o Centro Industrial do Brasil (CIB). Os industriais paulistas só vieram a se organizar em um centro industrial – o Ciesp –, duas décadas depois, em 1928. Antes disso, coubera à liderança industrial carioca tomar a frente na luta pela proteção à indústria nacional (LEOPOLDI, 1986, p. 71).

Em lugar da celebrada “inevitabilidade” da supremacia industrial de São Paulo, percebe-se, sim, uma predominância duramente disputada com o Distrito Federal ao longo da década de 1920, quando se iniciaria o que Cano chamou de “preparação do terreno” para a consolidação da indústria paulista no mercado nacional, conquistada finalmente na década seguinte. (CANO, 1981, p. 242). Esta “preparação do terreno”, sem dúvida, ocupou o campo simbólico, ao demandar a construção de um imaginário capaz de identificar a capital paulista com os valores básicos de uma metrópole industrial – trabalho, ordem, disciplina, operosidade e progresso –, colocados sob o comando de uma elite que era a herdeira dos bandeirantes pioneiros e empreendedores.

3 “POR CIMA DAS MULTIDÕES QUE TUMULTUAM, AGITADAS, AS RUAS DA CAPITAL DA UNIÃO”.

A frase acima foi retirada de um discurso do então presidente Campos Sales (1898-1902), e demonstra o desconforto da autoridade máxima do país com o “caráter turbulento” das multidões que “tumultuavam” as ruas do Rio de Janeiro. (CAMPOS SALES apud CARVALHO, 1987, p. 33). Objeto de muitos estudos, a chamada *política dos estados* tem a sua contraface na configuração do que eu chamo de *política da capital*. A primeira, partia do pressuposto de que a República deveria ser governada dos estados, daí a necessidade de pacificar e cooptar suas oligarquias. A segunda, implicava a “neutralização” da cúpula política da capital, bem como da

massa urbana carioca que “ameaçava” a paz dos governantes com suas manifestações ruidosas e desenfreadas.

A eleição presidencial de 1922 reuniu esses dois pesadelos que tiravam o sono das elites republicanas. O primeiro deles foi o confronto que colocou, em lados opostos, os grandes estados – Minas e São Paulo – em torno da candidatura do mineiro Artur Bernardes, e os estados intermediários – Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul –, organizados na Reação Republicana em favor do candidato fluminense Nilo Peçanha, que tinha como vice o baiano JJ. Seabra. Esse racha explícito na composição oligárquica dominante foi seguido pelo ingresso de novos atores, bem como pela adoção de novos métodos na disputa eleitoral. A estratégia de mobilização do eleitorado promovida pela Reação Republicana, ao longo de 1921 e 1922, inaugurou um procedimento inusitado entre as práticas políticas do país. Ao chegar de volta de uma longa viagem de quase um ano pela Europa, o candidato oposicionista, ao contrário de uma aguardada atitude conciliadora para com o situacionista Bernardes, foi recebido no Distrito Federal por uma das “mais expressivas manifestações populares”: “uma multidão que se comprimia no cais do porto, rompendo os cordões de isolamento aos gritos de ‘viva Nilo Peçanha, o futuro presidente da República’”. (FERREIRA, 1989, p. 245)

Ainda de acordo com Marieta de Moraes Ferreira, a imprensa teve um papel importante no transbordamento das discussões sucessórias para o grande público que recebera Nilo com manifestações efusivas a favor de sua candidatura. Os jornais da capital, *Correio da Manhã* e *O Imparcial*, foram fundamentais na conformação de um novo ator político na corrida eleitoral em favor da campanha do político fluminense: a opinião pública. Pode-se associar, certamente, a uma forte tradição política da capital federal esta presença de “multidões” em manifestações de ruas, muito caras ao jacobinismo, em plena efervescência, naquele momento, na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo porque as ideias de Nilo no tocante à economia e à regeneração dos costumes políticos aproximavam-se daquelas pregadas pelos jacobinos, o que favorecia a aproximação do candidato de oposição com as massas urbanas cariocas. (FERREIRA, 1989, p. 245-48).

A arregimentação da opinião pública seria, assim, um trunfo dos oposicionistas para enfrentar o pesado arsenal do candidato da situação, que ia da fraude e da corrupção até a perseguição mais implacável aos rivais. A propaganda eleitoral se inseriu nesta estratégia com vistas a ampliar o arco de apoios de setores das oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico vigente, bem como das massas urbanas desejosas de obter uma maior participação política. O plano de propaganda eleitoral consistiu na criação de comitês eleitorais estaduais e municipais, e na organização de viagens pelos estados com vistas a um contato direto com o eleitorado. Tudo muito diferente do cenário usual das campanhas até então vistas ao longo da Primeira República.

4 ELEIÇÕES EM TEMPOS DE CÓLERA.

O título dessa seção foi inspirado no artigo publicado por José Murilo de Carvalho por ocasião da eleição presidencial de 1989, a primeira a se realizar depois de 29 anos em que o eleitorado passara longe das urnas para a escolha direta de seu presidente. Em 1922, embora a vitória coubesse ao mineiro Artur Bernardes, tal como previsto no roteiro previamente redigido pelos grupos oligárquicos dominantes, a campanha empreendida pela oposição, organizada em torno da candidatura de Nilo Peçanha, elevou o grau de tensão política, na medida em que incorporou novos atores e novos métodos de convencimento do eleitorado.

Como já foi dito anteriormente, a imprensa teve um papel de destaque no debate político-eleitoral de então, em consonância com sua crescente influência como veículo de informação/formação de setores da população que se avolumavam nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Na oposição a Nilo, chama atenção a atuação do jornal *Correio Paulistano*, dirigido por Carlos de Campos, líder da bancada paulista do Partido Republicano Paulista (PRP) na Câmara dos Deputados. Em uma série de artigos publicados na seção “À margem da política”, no último trimestre de 1921, o jornalista que se assinava Amador Bueno desfechou ataques violentos ao candidato da Reação Republicana.

Tal como a tese da “inevitável” predominância industrial, também tem sido refutada a “incontestável” hegemonia política de São Paulo na federação brasileira ao longo da Primeira República. (KUGELMAS, 1986; VISCARDI, 2001). As acirradas disputas políticas que

marcaram o pleito presidencial de 1922 são um bom indicativo de que esta hegemonia estava longe de ser tranquila. Por isso mesmo, foi forte a reação do *Correio Paulistano* em favor de Bernardes, e contra o candidato oposicionista, muito criticado pelo caráter “desordeiro” de sua campanha. Em princípio, as matérias de Bueno se preocuparam em defender a predominância “natural” de São Paulo e Minas Gerais dos ataques de Borges de Medeiros, para quem tal hegemonia significaria um “regionalismo nefando e grosseiro”, e de Nilo Peçanha, que denunciava o “imperialismo dos grandes estados”. Amador Bueno pergunta-se então: “[São Paulo] que contribui com a maior parte das rendas que sustenta a federação [...] e Minas, com os sete milhões de habitantes [...] não têm o direito de lembrar um nome para candidato à presidência da República?”⁴

Em seguida, o tom das críticas dirigiu-se à população do Distrito Federal, que vinha deixando clara sua adesão ao projeto eleitoral do candidato de oposição. O amplo apoio manifestado no comício de Nilo, em outubro de 1921, bem como, ao avesso, a prolongada vaia dirigida a Bernardes por ocasião de sua passagem pela Avenida Rio Branco, no mês seguinte, seriam, na concepção de Bueno, exemplos da “desordem” característica das manifestações políticas ocorridas na capital federal:

É verdade, não é mentira, e nem se pode negar que à passagem do **candidato nacional** [Artur Bernardes] pela Avenida Rio Branco se ouviram assobios. Depois dos assobios, vieram as depredações contra coretos inofensivos e vitrines de casas comerciais [...]. Ser vaiado por quem vaiou Campos Salles deve ser um título de glória [...]. Uma surra de pau [...] e posso garantir que não haveria nada que abafasse as palmas dadas ao **candidato nacional**.⁵

Seria preciso exorcizar a volta do pesadelo das massas urbanas “indisciplinadas” do Rio de Janeiro, que tanto tirara o sono do ex-presidente, Campos Sales, que, em 1902, havia saído do Catete debaixo de vaia. A associação que Bueno construiu entre um candidato “demagógico” e uma cidade “irresponsável” aparece com nitidez nesse trecho de tom claramente racista:

Na Avenida Rio Branco, quando passava seu cortejo, um pretalhão beicudo deu-lhe dois vivas [...]. E o que fez meu caro Nilo? Pespegou beijos na cara retinta [...]. Quem anda aos beijos com a negrada [...]⁶

No mês seguinte, em dezembro de 1921, Bueno chegou ao alvo de suas perorações, e concluiu: “o Édipo de Piratininga aniquilará o monstro carioca”. Embora nascido em Campos, e tendo feito sua carreira política no Estado do Rio, Nilo teria uma “molecagem” oriunda do “meio carioca”.⁷

Nesta disputa acirrada pela cadeira presidencial, em que novos procedimentos e novos atores deram um rumo peculiar ao embate de 1922, o ingresso dos militares no cenário político trouxe um fator de desestabilização para a Primeira República que se prolongaria pelo resto da década até a Revolução de 1930 (CARVALHO, 1977). Os conflitos entre os militares e o governo federal não foram estranhos à República desde a sua proclamação em 1889. A relação com o governo Epitácio Pessoa, o presidente em exercício desde 1919, enfrentava dificuldades, agravadas pela eleição do ex-presidente marechal Hermes da Fonseca (1910-14) para a presidência do Clube Militar. Na verdade, a percepção, por parte dos militares, de ocuparem uma posição secundária no equilíbrio das forças políticas, tornava-os suscetíveis ao discurso da oposição que visava, justamente, a agregar os insatisfeitos com o regime taxado de “velho e carcomido”. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, por meio de cartas provenientes de diferentes estados do país muitos militares declaravam seu apoio a Nilo, e relatavam o empenho para a criação de comitês eleitorais. A notícia publicada em novembro de 1921, em *O Imparcial*, jornal ligado a Nilo, procurou deixar bem evidente a relação do candidato com militares de alta patente: “Nilo Peçanha desce do *Iris* nos braços de um general e de um almirante – o Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático”. (FERREIRA, 1989, p. 252)

Apesar dos indícios e sinais de insatisfação generalizada, o pleito presidencial se realizou na data prevista, 1 de março de 1922, e a vitória coube ao candidato oficial, Artur Bernardes, com 466 mil votos contra os 317 mil dados a Nilo Peçanha. Ao contrário dos outros pleitos

presidenciais, o de 1922 não se encerrou com a apuração das urnas. A Reação Republicana não reconheceu a derrota, e detonou campanha de denúncia contra uma suposta fraude eleitoral, buscando manter mobilizadas as forças populares e os militares. Em plena comemoração do centenário da independência, quando os olhos do mundo estariam voltados para a capital federal, reinava um clima de intensa agitação política, uma vez que os militares começaram a intervir em disputas locais. A rebeldia e a possibilidade de levantes pareciam cada vez mais iminentes.

Longe de passarem pano, como se costuma dizer hoje, os líderes políticos de Minas e São Paulo rejeitaram qualquer possibilidade de acomodação com os “derrotados”. O tom governista era de reação ao que consideravam uma afronta militar ao poder civil: “se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no direito de debelá-la”, afirmou o líder mineiro Raul Soares. Ao que o líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados juntou: “Não cogitamos de acordo, nem é possível aceitá-lo. A atitude de São Paulo é definida e definitiva”. (FERREIRA, 1989, p. 253). Ameaça feita, ameaça cumprida. A retaliação veio rápida, e parece bem conhecida da política ora praticada, cem anos depois. A eleição para a mesa da Câmara dos Deputados e para as diversas comissões parlamentares excluiu todos os deputados oposicionistas, indicando a indisposição do governo de abrir negociação com os derrotados. Quem tinha olhos de ver, e ouvidos de ouvir, percebia que o clima político deixava cada vez menos espaço para uma saída negociada. A radicalização era o nome do jogo, e o termo “revolução” começou a ser naturalizado, a partir de uma crescente aproximação com os militares, como uma alternativa para os dissidentes marginalizados no cenário político.

Crônica anunciada, a rebelião eclodiu finalmente a 5 de julho de 1922, e contou com a participação das guarnições de Campo Grande (então Mato Grosso), Niterói e Distrito Federal. Identificado na historiografia como o batismo do *Tenentismo*, o movimento rebelde foi sufocado, as iniciativas de criar uma base de apoio para os militares revoltosos, sob o comando do Marechal Hermes, fracassaram, abandonados por segmentos expressivos das Forças Armadas e por boa parte das oligarquias dissidentes. Estas, inclusive, votaram a favor do estado de sítio decretado pelo presidente Epitácio Pessoa, evidenciando a desarticulação da Reação Republicana. Como era de praxe no arsenal utilizado pela Primeira República, o processo repressivo desencadeado pelo governo vitorioso resultou na decretação de inúmeras prisões e na instauração de numerosos processos. Nilo ainda tentou deslanchar uma política de conciliação, apelando para a suspensão do estado de sítio e a abertura de “larga política de clemência e de apaziguamento da família brasileira”. (FERREIRA, 1989, p. 255) Palavras ao vento, que não encontraram eco nas oligarquias dominantes que optaram por comemorar o centenário da independência, em setembro de 1922, com as liberdades públicas, inclusive de imprensa, restringidas pelo estado de sítio. A posse do novo presidente, dois meses depois, não trouxe a pacificação esperada por aqueles que advogavam um maior equilíbrio federativo. O governo de Bernardes (1922-26) sofreu a instabilidade política provocada por seguidos levantes militares, e precisou ser amparado por instrumentos de exceção, como a adoção de uma rígida lei de imprensa e a manutenção e extensão do estado de sítio, só abandonado no governo seguinte, de Washington Luiz (1926-30).

Diante do desafio de comemorar o centenário da independência, o que eu chamo de “geração de 22” se mobilizou pelo desafio de compreender o país, de repensá-lo, e, principalmente, de salvá-lo. A própria dinâmica da celebração – o balanço obrigatório dos feitos do passado, a avaliação do presente de realizações frustradas, a perspectiva de um futuro incerto – estimulava a produção acelerada de significações do que fora essa nação, do que era àquela altura e do que deveria ser no futuro. O objetivo deste texto – que espero ter alcançado – foi o de mostrar que esta dinâmica comemorativa não se restringiu apenas aos festejos e eventos do 7 de setembro – como a inauguração da *Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, por si só bastante importante –, mas detonou um sentimento de urgência no afã premente de buscar novos rumos capazes de tirar o país do berço esplêndido no qual se deitara desde os tempos de América Portuguesa e de Império. Chegara a hora da República republicanizar o Brasil. Para tanto, era preciso “guerrear” contra tudo aquilo que se mostrava um empecilho ao ingresso da nação no mundo moderno que se seguiu à Grande Guerra (1914-18). No lugar da “ultrapassada” capital federal, o novo farol cultural a iluminar o país deveria ser a “pujante” São Paulo, herdeira dos bandeirantes, “potência industrial” e, ao mesmo tempo, conectada com o interior, a alma do país. No lugar das oligarquias “carcomidas”, que resistiam a qualquer tentativa de alternância no poder, a palavra de ordem era

“revolução”, por meio do que novos atores políticos poderiam ser alçados à posição de líderes capazes de tirar o país do “atraso” do século XIX e lançá-lo, afinal, no novo século.

É tentadora a sedução de comparar os dois centenários. A presença de militares no jogo político não é mais novidade. Multidões nas ruas, para sorte nossa, são vistas como sintoma de vigor democrático. O Rio de Janeiro não é mais capital e, há muito, deixou de ser referência no rol das regiões industrializadas. Quanto à hegemonia política de São Paulo, cabe dar destaque a um artigo recentemente publicado sobre os trunfos e os estigmas carregados pela candidatura do governador paulista João Dória. Se, por um lado, o peso de São Paulo por si só poderá ser decisivo em 2022, existiria uma resistência tanto do eleitor comum quanto da classe política a não se colocar o poder político e econômico nas mesmas mãos: “uma espécie de reação federativa”, conclui César Felício. Desde 1930, quando Washington Luiz foi afastado do governo pela revolução, apenas um governador de São Paulo chegaria à presidência da República: Jânio Quadros.⁸

De todo modo, historiadores/as, de modo geral, rejeitam as profecias e, nem de longe, pretendem ser “mestres da vida”, no dizer de Cícero. Agora, que teremos uma eleição presidencial que se assemelhará a uma guerra, nisso todos podem apostar: irão ganhar. Significa que eu, como todos aqueles que amam as rivalidades inerentes ao jogo democrático, aposto na realização do pleito nas urnas eletrônicas, e na aceitação dos resultados quaisquer que sejam. Amém!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 1922*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- ANDRADE, Mario de. O movimento modernista. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Martins, 1967. (1. ed. 1942).
- _____. *Pauliceia desvairada*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d (1. ed. 1921).
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, v. 2,
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____. RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na I República*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n. 3, p. 53-74, maio/ago. 1886.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.
- MOTTA, Marly. “1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão”. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 233-250.
- PIGNATON, Alvaro Afonso. Origens da industrialização no Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 15, 1977.
- VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

-
- ² Sobre José Bonifácio como “patriarca da independência”, ver Marly Motta, 1922, O Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão. In: Alda Mourão e Ângela de Castro Gomes (Org.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 233-250. Esse texto foi apresentado no Colóquio Internacional *A experiência da Primeira República: Portugal e Brasil*, organizado pelo CEIS-20, da Universidade de Coimbra, e pelo CPDOC-FGV, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no Arquivo Distrital de Leiria, entre 5 e 7 de maio de 2010.
- ³ Mario de Andrade, *Pauliceia desvairada*, p. 57.
- ⁴ *Correio Paulistano*, 30/09/1921.
- ⁵ *Correio Paulistano*, 09/11/1921. (grifos nossos)
- ⁶ Id. *Ibid.*
- ⁷ *Correio Paulistano*, 03/12/1921.
- ⁸ César Felício, “João competidor”. *Valor*, 27/11/2021.

Recebido em novembro de 2021
Aprovado em dezembro de 2021